

A TRAJETÓRIA DA SENAES EM PROSA E NÚMEROS: CONSOLIDAÇÃO E RÉQUIEM DE UMA AGENDA PÚBLICA PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA
TRAJECTORY OS SENAES IN POETRY AND NUMBERS: SETTING AND REQUIEM OF A PUBLIC AGENDA FOR THE SOLIDARY ECONOMY
TRAYECTORIA DEL SENAES EN PROSAS Y NÚMEROS: CONSOLIDACIÓN Y RÉQUIEM DE UNA AGENDA PÚBLICA PARA LA ECONOMÍA SOLIDARIA

Caio Luis CHIARIELLO¹

Resumo: A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES - foi criada em 2003 e teve a missão de inserir a Economia Solidária na agenda pública e elaborar as políticas do Executivo para empreendimentos solidários e seu desenvolvimento no Brasil, articulada com outras instâncias governamentais. Neste artigo abordamos a trajetória da SENAES, suas principais linha de ação, bem como os Programas Temáticos e Ações Orçamentárias geridos pela Secretaria. A dinâmica do orçamento federal para a SENAES de 2004 a 2017 nos permitem inferir que houve uma consolidação das políticas públicas para a Economia Solidária seguida de seu desmonte paulatino, até a finalização das atividades da Secretaria em 2019, representando a interrupção de uma experiência de política pública direcionada para ação coletiva de trabalhadores e trabalhadoras.

Palavras-chave: SENAES, economia solidária, agenda pública, orçamento federal

INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 1990, um intenso debate acerca da natureza e da organização social e produtiva de empreendimentos populares de caráter solidário passou a fazer parte das reflexões sobre outras formas de produção de riqueza, bens e serviços, sob o prisma da solidariedade, igualdade e gestão democrática. Baseados na livre associação, no trabalho associado e na autogestão, esses empreendimentos indicaram a junção de duas noções historicamente dissociadas - economia e solidariedade - sugerindo a inserção do elemento solidário no centro da elaboração de suas atividades e relações econômicas (FRANÇA FILHO, 2002).

Compreendidos inicialmente enquanto tímida reação dos trabalhadores ao desemprego e deterioração das relações de trabalho, os empreendimentos solidários, segundo Gaiger

¹ Docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. Email: caiochiariello@ufgd.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9726-5133>
<http://doi.org/10.36311/1519-0110.2020.v21n2.p97-116>

(2006), se mostraram um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, possibilitando a continuidade coletiva de suas atividades, com relativa perspectiva de perenidade.

A própria existência desses empreendimentos pode ser entendida como um movimento de resistência ao processo de precarização das condições de vida dos trabalhadores. Surgiram em um momento de franca ascensão do ideário neoliberal, quando muitos de seus preceitos passam a ser incorporados à política econômica de vários países.

Num empreendimento de economia solidária, a forma da propriedade dos meios de produção pode ser coletiva por decisão dos próprios trabalhadores. A propensão à gestão coletiva se estende ao poder decisório sobre quais produtos e em que quantidade serão produzidos - exclusivamente para o autoconsumo, para o mercado capitalista ou para um novo mercado formado pelas redes de empreendimentos solidários - buscando regerem-se por outra lógica que não a da mercadoria e do lucro. A reflexão sobre a autogestão é tão antiga quanto a história do próprio capitalismo, colocando-se em oposição ao pensamento único e ahistórico (SINGER, 1998).

Eid et al. (2010) explicitam a necessidade dos empreendimentos solidários buscarem a expansão das experiências coletivas, atuando junto aos movimentos sociais dos quais muitas vezes são egressos, lutando simultaneamente por políticas públicas que vão além do simples assistencialismo e que atendam suas necessidades pontuais. Justamente neste ponto reside o objetivo deste estudo: analisar a trajetória da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, instituída em 2003 e que atuou até 2017.

A SENAES representou, em certo sentido, a institucionalização de um rol de demandas represadas pelos diversos movimentos sociais, urbanos e rurais, por políticas públicas de fomento de trabalho e renda sob o arco organizacional de empreendimentos econômico solidários, possibilitando sua implementação, desenvolvimento e continuidade de suas atividades de forma autogestionária.

Neste artigo serão apresentadas as ações da SENAES a partir de 2003, sua atuação transversal na formatação de políticas públicas conjuntamente a outras esferas do Executivo Federal, a dinâmica dos aportes orçamentários recepcionados de 2003 a 2017, os Programas e Ações desempenhados pela Secretaria, permitindo uma análise acerca de seu desempenho ao longo de 15 anos, ao que sucedeu seu desmonte a partir de 2017 e extinção em 2019, apontando praticamente para a retirada da Economia Solidária da agenda pública no período recente.

A metodologia aplicada no presente estudo teve uma etapa de pesquisa qualitativa seguida por uma etapa quantitativa, em que resultados quantitativos foram mobilizados para confirmar ou generalizar os resultados qualitativos. Segundo Creswel (2010), um estudo quali-quantitativo representa o emprego de métodos diferentes para responder uma questão de pesquisa específica, em que as informações obtidas se complementem entre

si. Implica a coleta e a análise de dados quantitativos e qualitativos, possibilitando a integração sistemática em um só estudo, obtendo um panorama mais completo do fenômeno (SAMPLIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Em termos do referencial teórico, etapa qualitativa, partimos do debate sobre políticas públicas para a Economia Solidária e a trajetória da SENAES, já no referencial empírico, etapa quantitativa, apresentamos dados que foram coletados por meio de pesquisa documental com o levantamento dos aportes orçamentários da SENAES, procedendo sua análise e discussão.

1. A AGENDA PÚBLICA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

EID (2004) explicita a necessidade dos empreendimentos solidários buscarem a expansão das experiências coletivas, atuando junto aos movimentos sociais dos quais muitas vezes são egressos, lutando simultaneamente por políticas públicas que vão além do simples assistencialismo e que atendam suas necessidades pontuais.

Ademais, para além da geração de trabalho e renda para seus integrantes, os empreendimentos solidários podem apresentar externalidades positivas para seu entorno, alinhando suas atividades com o interesse da sociedade. Exemplo disso é a atuação das cooperativas de resíduos sólidos urbanos, responsáveis pela coleta do descarte de materiais recicláveis; as associações e cooperativas populares de produção de alimentos da agricultura familiar; as cooperativas de crédito aumentando a capilaridade monetária, as fábricas em estado falimentar recuperadas por seus trabalhadores, somente para exemplificar algumas modalidades de empreendimentos solidários, evidenciando a pertinência de uma agenda concisa na construção de um rol de políticas públicas direcionadas para o fomento e perenidade destes empreendimentos.

Para Dagnino (2018), as políticas públicas podem incidir diretamente nos empreendimentos solidários. O manejo dos valores direcionados para a Economia Solidária se daria via financiamento para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, via suporte técnico à gestão e produção, adoção de tecnologias sócias ou indiretamente com a aquisição de sua produção e serviços por meio de compras públicas. O autor inclusive provoca:

Caso as diferentes esferas de governo orientassem a parcela de seu gasto passível de ser atendida por cooperativas e empreendimentos solidários [...] como já ocorre com a compra da agricultura familiar dos alimentos para merenda escolar, não poderíamos diminuir a corrupção? (DAGNINO, 2018, p.192).

Quanto ao manejo do orçamento, do fundo público, cabe destacar que os recursos governamentais são escassos, de modo que, se entendermos política pública como aquilo que o governo escolhe ou não fazer, o desenvolvimento de políticas públicas guarda

relação com a eleição de prioridades, uma vez que a política pública faz a política (DYE, 1984, KINGTON, 2003). A sua implementação não obedece apenas a critérios técnicos, mas, sobretudo, evidencia disputas ideológicas tanto no interior de um governo quanto entre grupos de interesses em uma sociedade que é plural e perpassada pelo confronto entre concepções, projetos políticos de grupos díspares, cujas relações são, muitas vezes, marcadas por assimetrias de poder.

Nas palavras de Serafim e Dias (2011, p.305) “A Análise de Política, ao focar no comportamento dos atores sociais e no processo de formulação da agenda e da política, busca entender o porquê e para quem aquela política foi elaborada”, incluindo a base ideológica para sua conformação. Assim as políticas públicas não partem de uma racionalidade plena, economicista, mas da sobreposição de inúmeras agendas. Para os autores, é fundamental a definição de uma agenda de política que ressalte os valores, os interesses e a interação dos atores que participam do jogo político, seus conflitos e negociações no processo decisório pelos *policy makers*, que partem da identificação de problemas, da definição da agenda, para a materialização das ações.

A esse respeito, Capella (2007) ensina que ocorrem mudanças na composição das agendas públicas, especialmente quando são realçados problemas e questões que até então não haviam emergido, com potência, no panorama dos problemas que o poder público tem de equacionar. Em outro estudo, Capella e Brasil (2015, p. 58) examinam a existência de microssistemas (micro *polycystems*), que não estão no radar das agendas já estabelecidas e praticamente inexistem nos debates eleitorais e na imprensa, “Os microssistemas são caracterizados por um baixo e personalizado escopo de conflito e por baixo número de participantes envolvidos, o que acarreta um processo de decisão centralizado e praticamente invisível”. Nesses microssistemas, um número de atores com pouca expressão política, reunidos em grupos mais ou menos coesos, demandam pontualmente ações do poder público para formulação e implementação de políticas públicas. A realidade da Economia Solidária, a partir do início da década de 1990, ilustra a reflexão teórica supramencionada.

A análise das políticas públicas direcionadas para empreendimentos de Economia Solidária, em seu aspecto quantitativo e qualitativo nos permite questionar em que medida se verifica um esforço por parte do Estado em promover ações que transformem positivamente a realidade destes empreendimentos, contribuindo para o desenvolvimento das atividades produtivas, comercialização, geração de trabalho e renda e sua consolidação, afinal

[...] não se trata de compreender a Economia Solidária como políticas contingenciais e compensatórias de enfrentamento a momentos de aguçamento das crises do capital, pois ela representa um projeto que coloca em questão o modelo de desenvolvimento hegemônico e aponta para a necessidade de construção de um novo projeto societal (FARIA; SANCHES, 2011, p.421).

O registro das políticas públicas para a Economia Solidária remonta a meados da década de 1990, quando se assistiu à formação de empreendimentos solidários por

trabalhadores à margem do emprego formal, desalentados e desocupados em geral. Diante deste quadro, elaboram-se políticas que não constaram como ações orçamentárias diretas, mas que de alguma forma visavam estes grupos. Foram acionados mecanismos de suporte aos produtores rurais em assentamentos de reforma agrária, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1996, que dentre suas linhas apoiava associações e cooperativas de trabalhadores do campo.

Outra forma de direcionar recursos públicos para iniciativas solidárias foi acionar as Universidades Públicas por meio das ações das diversas Incubadoras Universitárias tecnológicas de empreendimentos solidários e de cooperativas populares, aproveitando o engajamento e a larga expertise de docentes, discentes e técnicos na pesquisa e extensão universitária junto a experiências coletivas diversas. A atuação das Universidades no interior da Economia Solidária se manteve constante e imprescindível, validando a idéia da hélice tripla, conjugando historicamente Universidade, Estado e Sociedade (MORAIS; BACIC, 2019).

As Incubadoras passaram a concorrer aos editais específicos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). Criado em 1997, tendo como signatários a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil e o Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional (COEP), e a partir de 2003 a SENAES, o PRONINC aporta, por meio de lançamento de editais públicos, recursos para a consolidação e ampliação das ações das Incubadoras, propiciando um conjunto de atividades sistemáticas de formação, assessoria e acompanhamento, abrangendo desde o surgimento até a conquista de sua autonomia organizacional e viabilidade econômica (CARLOS, 2019).

Da parte das instâncias não públicas, as Caritas Brasileira, ligada à Igreja Católica, por meio das Pastorais da Terra, Pastorais do Migrante e demais, foram importantes no apoio direto e no aporte de recursos destinados às experiências de Economia Solidária desde a década de 1990, em especial no campo das finanças solidárias (BERTUCCI, 2003).

Da parte dos sindicatos de trabalhadores, que se depararam com o fenômeno do desemprego estrutural na década de 1990, enfraquecendo e reduzindo suas bases, também se verificou ações. Em 2000 foi fundada a UNISOL Cooperativas, rede de cooperativas de trabalhadores da indústria criadas com apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e outras entidades sindicais. Ainda em 2000 a Central Única dos Trabalhadores (CUT) lançou a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), visando organizar e fomentar o desenvolvimento local em várias regiões do Brasil por meio do apoio à formação de cooperativas de trabalhadores. Desde o início da década de 1990 também se verificou a mobilização de governos estaduais e municipais para apoiar as iniciativas de Economia Solidária, como, por exemplo, nas prefeituras de São Paulo e Porto Alegre, e com a criação de secretarias e coordenadorias de Economia Solidária, atuantes junto a empreendimentos e trabalhadores para reverter o quadro de desemprego. (FORTE, 2019).

2. TRAJETÓRIA DA SENAES

A partir de 2003 uma plataforma de políticas públicas foi pensada para expandir os Programas e Ações voltados para a ampliação das atividades de Economia Solidária em âmbito Federal, algo já repesado desde a década de 1990. A criação de uma Secretaria específica para a incorporação da Economia Solidária na agenda política, a SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), deflagrou uma vontade política até então não institucionalizada.

Para Faria e Sanches (2011), a SENAES representou um arranjo entre diversos ministérios e órgãos públicos para introdução da Economia Solidária como eixo estruturante transversal de políticas públicas, o que ficará evidente quanto tratarmos da análise orçamentária. A partir da existência da SENAES, a Economia Solidária adentrou na agenda de governo, deixando de ser tomada enquanto ação política meramente contingencial ou compensatória, instituída como construto para estabelecimento de outro modelo societal.

Com a incumbência de dar visibilidade para a Economia Solidária no campo das políticas públicas, a SENAES enveredou por uma estratégia singular em termos de articulação. No lugar de postular a concentração de Programas e recursos internamente, a SENAES primou por estabelecer parcerias entre os demais ministérios e entes públicos para a consecução de resultados, compreendendo o caráter transversal da Economia Solidária e os vasos comunicantes com outras áreas que não apenas aquelas voltadas à geração de trabalho e renda (SCHIOCHET, 2011). Dentre as diversas ações transversais, Faria e Sanches (2011) enumeram parcerias nas áreas da saúde; educação; qualificação laboral; ciência e tecnologia; cultura; pesca; desenvolvimento social; segurança alimentar; mineração; habitação; meio ambiente; Agenda 21; igualdade racial e de gênero; finanças solidárias, dentre outras detalhadas no texto dos autores.

A SENAES também articulou ações e parcerias internacionais, identificando a Economia Solidária como modelo de produção em expansão em outros países, com características peculiares para cada contexto nacional. A SENAES participou ainda de eventos e espaços de cooperação na Argentina, Uruguai, Paraguai, Equador, Bolívia, Venezuela, México, Cuba, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Portugal, Timor Leste, Alemanha, Senegal, Moçambique, Angola, entre outros. A aproximação internacional mais intensa se deu com países sul-americanos nos espaços institucionais do Mercosul. A SENAES passou a compor a partir de 2007 a Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM), que subsidia o processo decisório do Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo máximo do Mercosul. Com a presença na RECM, a SENAES visava estabelecer 4 eixos: Integração político-cultural da Economia Solidária; mapeamento e construção da Economia Solidária em toda a região; Integração socioeconômica solidária; Integração de políticas públicas (FARIA; SANCHES, 2011).

Internamente, uma ação estratégica da SENAES foi a realização do mapeamento dos empreendimentos para a elaboração de um Atlas da Economia. O mapeamento partiu da necessidade de um diagnóstico situacional dos empreendimentos com características solidárias, como parte do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, registrando em sua primeira etapa cerca de 18 mil empreendimentos. Em 2007 houve uma complementação, chegando-se a quase 22 mil empreendimentos. O segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013 e abrangeu também órgãos de apoio e fomento e as políticas públicas, totalizando quase 20 mil empreendimentos. O mapeamento deu origem ao Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES, concebido para identificar e caracterizar a economia solidária; fortalecer sua integração em redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo; subsidiar a formulação de políticas públicas; auxiliar na realização de pesquisas e dar visibilidade pública à Economia Solidária. (SILVA et al., 2018)

Desde 2012, a atuação da SENAES foi contemplada no Programa Desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária, integrando o Plano Brasil Sem Miséria de erradicação da pobreza extrema, em especial no eixo de inclusão produtiva, reforçando ainda mais a perspectiva da transversalidade. Embora 2012 tenha sido o ano com maior aporte de recursos orçamentários para a SENAES, de 2013 em diante observa-se o declínio da participação da SENAES e da Economia Solidária na composição da agenda política. A desidratação das políticas públicas para a Economia Solidária, sobretudo a partir de 2015, como será demonstrado mais adiante, acompanhou a crise social, política e econômica instaurada em 2013 e que perdura até 2019. Neste contexto, a SENAES foi rebaixada a Subsecretaria a partir de junho de 2016, tendo seu alcance bastante limitado por meio do recrudescimento da vontade política para consecução de suas ações (SILVA et al., 2018). Em 01 de janeiro de 2019 a SENAES foi extinta, assim como o MTE e a temática da Economia Solidária foi alojada residualmente no **Ministério da Cidadania**, na **Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana**. Também nos demais órgãos federais verificou-se a retirada da Economia Solidária da pauta orçamentária.

A trajetória detalhada da alocação de recursos públicos federais para a Economia Solidária, em especial para a SENAES desde sua fundação, bem com sua evolução e aplicação, de 2004 a 2017, será analisada a seguir. A importância da análise reside na percepção da vontade política para com as Ações da SENEAS direcionadas para o suporte e fomento aos empreendimentos de Economia Solidária. A metodologia deste estudo, na sua etapa quantitativa, já mencionada, partiu do levantamento escrutinado das Leis de Orçamento Anual (LOAs), de 2004 a 2017 em seus Programas Temáticos, buscando nestes Ações específicas voltadas para a economia solidária, cotizadas por diversas Unidades Orçamentárias, com especial atenção àquelas alocadas na SENAES, possibilitando uma análise e debate acerca da dinâmica dos aportes de recursos orçamentários, para fomento de políticas públicas.

3. A SENAES NA PARTILHA DO ORÇAMENTO FEDERAL

Os recursos orçamentários aportados na SENAES de 2004 a 2017 são do montante de R\$ 1.429.131.803,30, correspondendo a 31% do total de R\$ 4.565.995.198,40 do Orçamento Federal destinados à Economia Solidária entre 2004 e 2019, valores estes coletados a partir dos dados das LOAs de 2004 a 2019. Todos os valores monetários apresentados neste estudo foram convertidos a preços de janeiro de 2019, indexados pelo IPCA-IBGE, indicador mais comumente utilizado para atualização monetária das contas públicas.

As diversas Ações desenvolvidas, a cada ano, detalhadas adiante, demonstram o raio de atuação da SENAES e sua orquestração transversal em conjunto com outras instâncias. Neste aspecto, vale mencionar o importante estudo de Silva (2018), que revisa o papel das políticas públicas a cargo da SENAES, abordando a trajetória da Secretaria e sua atuação no decorrer da alternância dos Planos Plurianuais (PPAs).

A Tabela 1 apresenta valores consolidados ano a ano nas LOAs de 2004 a 2019 e a participação percentual da SENAES nos recursos totais das LOAs até 2017.

Tabela 1 – Participação orçamentárias da SENAES 2004-2019

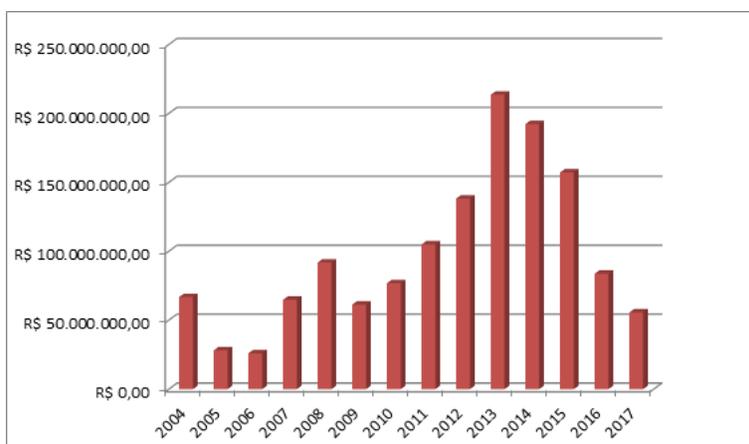
LOA	VALORES SENAES	VALORES TOTAIS ECOSOL	% SENAES
LOA2004	R\$ 66.808.501,11	R\$ 199.632.872,00	33,5%
LOA2005	R\$ 28.199.113,20	R\$ 287.883.275,00	9,8%
LOA2006	R\$ 66.675.624,57	R\$ 184.249.530,62	36,5%
LOA2007	R\$ 64.836.181,98	R\$ 267.537.730,00	24,2%
LOA2008	R\$ 91.829.883,60	R\$ 381.979.220,08	24,0%
LOA2009	R\$ 61.350.017,89	R\$ 358.749.255,00	17,1%
LOA2010	R\$ 76.831.492,11	R\$ 376.531.219,00	20,4%
LOA2011	R\$ 105.007.667,97	R\$ 408.358.681,71	25,7%
LOA2012	R\$ 138.190.852,50	R\$ 799.630.557,00	17,3%
LOA2013	R\$ 213.605.185,03	R\$ 621.924.909,78	34,4%
LOA2014	R\$ 219.162.562,00	R\$ 276.695.752,00	79,2%
LOA2015	R\$ 157.222.425,00	R\$ 184.384.864,00	85,3%
LOA2016	R\$ 83.765.572,80	R\$ 103.063.572,00	81,3%
LOA2017	R\$ 55.646.723,55	R\$ 67.909.569,00	81,9%
LOA2018	R\$ -	R\$ 20.550.738,00	
LOA2019	R\$ -	R\$ 26.913.049,00	
TOTAL	R\$ 1.429.131.803,30	R\$ 4.565.994.794,19	

Fonte: LOAs 2004-2019. Elaborado pelo autor

Na Tabela 1, podemos perceber que os valores da SENAES oscilam, acima de R\$ 100 milhões entre 2011 e 2015. Destaque negativo para os anos de 2018 e 2019, quando a SENAES simplesmente deixa de operar, embora ainda fossem destinados recursos para Ações de Economia Solidária, mas em valores irrisórios, geridos pela Administração Direta Federal.

A Figura 1 permite a visualização gráfica da dinâmica dos valores orçamentários alocados na SENAES de 2004 a 2019, de onde se percebe uma tendência de crescimento nos valores de 2004 a 2013 e seu intenso decréscimo a partir de 2013, sendo que no ano de 2017, último ano em que foram destinados aportes orçamentários para a secretaria, os valores retornam a patamares de 2007.

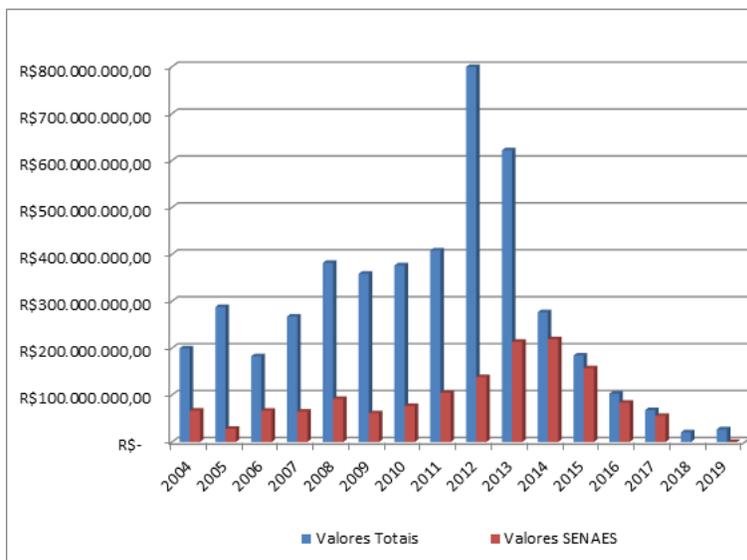
Figura 1 - Evolução do Orçamento Federal gerido pela SENAES 2004-2017



Fonte: Elaborada pelo autor

Já a Figura 2 realça o percentual de participação da SENAES nos valores totais do Orçamento Federal direcionados para a Economia, presentes na Tabela 1. Note-se que, diferentemente dos valores totais, que tem seu ápice no ano de 2012 e queda vertiginosa a partir de então, os recursos orçamentários para a SENAES se mantêm crescentes até 2014, quando também passar a decrescer até 2017. Esta atenuação no recrudescimento dos valores da SENAES em comparação aos valores totais se deu em razão da supressão de Programas e Ações de outras Unidades Orçamentárias, sendo mantidas Ações da SENAES, expressas no consolidado de seus Programas e Ações que será apresentado.

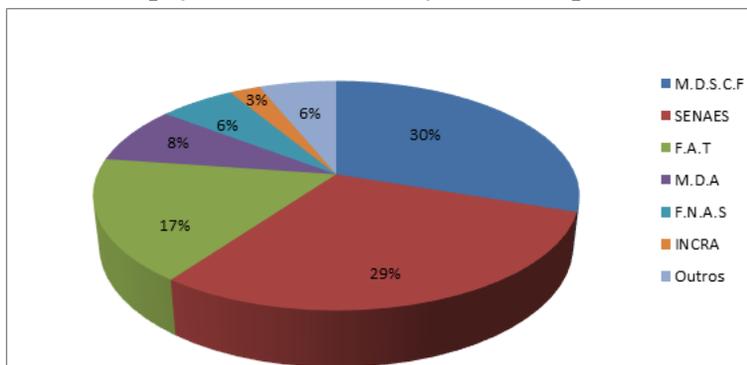
Figura 2 - Evolução da participação do Orçamento SENAES no Orçamento Total para a ECOSOL



Fonte: Elaborada pelo autor

Em se tratando da perspectiva transversal de atuação da SENAES, já abordada neste estudo, a Figura 3 apresenta a distribuição da dotação orçamentária advinda de cada Unidade Orçamentária, com os valores e o comparativo dos esforços das diversas instâncias administrativas do Executivo Federal. As Unidades que mais cotizaram no período de 2004 a 2019 foram o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o MTE, por meio da SENAES e do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que responderam, juntos, por quase 80% dos valores totais.

Figura 3 - Participação das Unidades Orçamentárias para a ECOSOL (%)



Fonte: Elaborada pelo autor

O Quadro 1 traz todos os Programas Temáticos e suas Ações específicas constantes das LOAs de 2004 a 2017 sob gestão da SENAES. Procederemos adiante à análise destas Ações.

Programa/ação	Título	Valores	Un. Orç.
	LOA 2004		
Programa 1133	Economia Solidária em Desenvolvimento		
980	Apoio à constituição e consolidação de políticas públicas de economia solidária	R\$ 4.648.416,93	M.T.E/SENAES
2272	Gestão e administração do programa	R\$ 3.566.730,65	M.T.E/SENAES
4641	Publicidade de utilidade pública	R\$ 1.362.963,78	M.T.E/SENAES
4736	Funcionamento do CNAES	R\$ 909.735,71	M.T.E/SENAES
4737	Fomento de trabalho e renda em atividades de economia solidária	R\$ 47.199.543,75	M.T.E/SENAES
4739	Promoção do consumo ético e comércio justo	R\$ 3.407.473,71	M.T.E/SENAES
4744	Assistência Técnica para geração de finanças solidárias	R\$ 1.123.636,59	M.T.E/SENAES
6540	Ações emergenciais de geração de trabalho e renda	R\$ 4.590.000,00	FNAS/SENAES
	LOA 2005		
Programa 1133	Economia Solidária em Desenvolvimento		
980	Apoio à constituição e consolidação de políticas públicas de economia solidária	R\$ 1.933.641,29	M.T.E/SENAES
2272	Gestão e administração do programa	R\$ 855.271,14	M.T.E/SENAES
4641	Publicidade de utilidade pública	R\$ 847.059,09	M.T.E/SENAES
4736	Funcionamento do CNAES	R\$ 852.244,42	M.T.E/SENAES
4737	Fomento de trabalho e renda em atividades de economia solidária	R\$ 19.109.875,48	M.T.E/SENAES
4739	Promoção do consumo ético e comércio justo	R\$ 786.260,06	M.T.E/SENAES
4744	Assistência Técnica para geração de finanças solidárias	R\$ 330.570,21	M.T.E/SENAES
8275	Recuperação de empresas por organizados em autogestão	R\$ 3.484.191,51	M.T.E/SENAES
	LOA 2006		
Programa 1133	Economia Solidária em Desenvolvimento		
980	Apoio à constituição e consolidação de políticas públicas de economia solidária	R\$ 1.279.538,80	M.T.E/SENAES
2272	Gestão e administração do programa	R\$ 807.280,00	M.T.E/SENAES
2A84	Sistema nacional de informações em economia solidária	R\$ 1.412.740,00	M.T.E/SENAES
2A85	Capacitação de agentes de desenvolvimento solidário	R\$ 504.550,00	M.T.E/SENAES
4641	Publicidade de utilidade pública	R\$ 464.186,00	M.T.E/SENAES
4737	Fomento de trabalho e renda em atividades de economia solidária	R\$ 15.957.188,92	M.T.E/SENAES

4739	Fomento à rede de produção e comercialização de bens e serviços produzidos pela Economia Solidária	R\$ 2.220.020,00	M.T.E/SENAES
8275	Recuperação de empresas por organizados em autogestão	R\$ 3.330.030,00	M.T.E/SENAES
8275	Recuperação de empresas por organizados em autogestão	R\$ 14.209.655,19	M.T.E/SENAES
LOA 2007			
Programa 1133 Economia Solidária em Desenvolvimento			
980	Estímulo à constituição e consolidação de políticas públicas de economia solidária	R\$ 831.247,25	M.T.E/SENAES
2272	Gestão e administração do programa	R\$ 782.680,00	M.T.E/SENAES
2A84	Sistema nacional de informações em economia solidária	R\$ 831.247,25	M.T.E/SENAES
2A85	Capacitação de agentes de desenvolvimento solidário	R\$ 4.696.547,65	M.T.E/SENAES
4641	Publicidade de utilidade pública	R\$ 405.036,90	M.T.E/SENAES
4737	Fomento à geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária	R\$ 40.927.397,73	M.T.E/SENAES
4739	Fomento à rede de produção e comercialização de bens e serviços produzidos pela Economia Solidária	R\$ 2.152.370,00	M.T.E/SENAES
8275	Recuperação de empresas por organizados em autogestão	R\$ 14.209.655,19	M.T.E/SENAES
4850	Fomento à Incubadoras de empreendimentos econômicos solidários	R\$ 5.432.280,00	M.T.E/SENAES
8056	Fomento às finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários	R\$ 5.806.920,00	M.T.E/SENAES
8078	Promoção do desenvolvimento local e da economia solidária por meio da atuação de agentes de desenvolvimento solidário	R\$ 26.842.956,00	M.T.E/SENAES
8138	Implantação de centros públicos de economia solidária	R\$ 9.890.496,00	M.T.E/SENAES
8275	Recuperação de empresas por organizados em autogestão	R\$ 4.795.392,00	M.T.E/SENAES
8420	Estímulo à institucionalização de políticas públicas de economia solidária	R\$ 1.311.240,00	M.T.E/SENAES
LOA 2008			
Programa 1133 Economia Solidária em Desenvolvimento			
2A84	Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção do SIES	R\$ 5.619.600,00	M.T.E/SENAES
2A85	Formação de formadores (as), educadores (as), e gestores públicos para atuação em economia solidária	R\$ 11.670.036,00	M.T.E/SENAES
2272	Gestão e administração do programa	R\$ 1.616.571,60	M.T.E/SENAES
4737	Fomento à assistência técnica a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação de economia solidária	R\$ 11.819.892,00	M.T.E/SENAES
4739	Organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários	R\$ 6.087.900,00	M.T.E/SENAES

4827	Desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais apropriadas à economia solidária	R\$ 936.600,00	M.T.E/SENAES
4850	Fomento à Incubadoras de empreendimentos econômicos solidários	R\$ 5.432.280,00	M.T.E/SENAES
8056	Fomento às finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários	R\$ 5.806.920,00	M.T.E/SENAES
8078	Promoção do desenvolvimento local e da economia solidária por meio da atuação de agentes de desenvolvimento solidário	R\$ 26.842.956,00	M.T.E/SENAES
8138	Implantação de centros públicos de economia solidária	R\$ 9.890.496,00	M.T.E/SENAES
8275	Recuperação de empresas por organizados em autogestão	R\$ 4.795.392,00	M.T.E/SENAES
8420	Estímulo à institucionalização de políticas públicas de economia solidária	R\$ 1.311.240,00	M.T.E/SENAES
	LOA 2009		
Programa 1133	Economia Solidária em Desenvolvimento		
2A84	Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do SIES	R\$ 3.537.600,00	M.T.E/SENAES
2A85	Formação de formadores (as), educadores (as), e gestores públicos para atuação em economia solidária	R\$ 8.224.920,00	M.T.E/SENAES
2272	Gestão e administração do programa	R\$ 1.096.656,00	M.T.E/SENAES
4737	Fomento à assistência técnica a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação de economia solidária	R\$ 5.331.393,14	M.T.E/SENAES
4739	Organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários	R\$ 8.725.327,67	M.T.E/SENAES
4827	Desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais apropriadas à economia solidária	R\$ 709.288,80	M.T.E/SENAES
4850	Fomento à Incubadoras de empreendimentos econômicos solidários	R\$ 2.211.000,00	M.T.E/SENAES
8056	Fomento às finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários	R\$ 4.253.260,02	M.T.E/SENAES
8078	Promoção do desenvolvimento local e da economia solidária por meio da atuação de agentes de desenvolvimento solidário	R\$ 14.504.160,00	M.T.E/SENAES
8138	Implantação de centros públicos de economia solidária	R\$ 6.898.320,00	M.T.E/SENAES
8275	Recuperação de empresas por organizados em autogestão	R\$ 3.183.840,00	M.T.E/SENAES
8420	Estímulo à institucionalização de políticas públicas de economia solidária	R\$ 2.674.252,26	M.T.E/SENAES
	LOA 2010		
Programa 1133	Economia Solidária em Desenvolvimento		
2A84	Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do SIES	R\$ 1.695.700,00	M.T.E/SENAES
2A85	Formação de formadores (as), educadores (as), e gestores públicos para atuação em economia solidária	R\$ 19.670.120,00	M.T.E/SENAES

2272	Gestão e administração do programa	R\$ 1.186.990,00	M.T.E/SENAES
4641	Publicidade de utilidade pública	R\$ 847.850,00	M.T.E/SENAES
4737	Fomento à assistência técnica a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação de economia solidária	R\$ 4.747.960,00	M.T.E/SENAES
4739	Organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários	R\$ 4.069.680,00	M.T.E/SENAES
4827	Desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais apropriadas à economia solidária	R\$ 644.366,00	M.T.E/SENAES
4850	Fomento à Incubadoras de empreendimentos econômicos solidários	R\$ 3.730.540,00	M.T.E/SENAES
8056	Fomento às finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários	R\$ 4.077.483,61	M.T.E/SENAES
8078	Promoção do desenvolvimento local e da economia solidária por meio da atuação de agentes de desenvolvimento solidário	R\$ 22.790.208,00	M.T.E/SENAES
8138	Implantação de centros públicos de economia solidária	R\$ 6.418.224,50	M.T.E/SENAES
8275	Recuperação de empresas por organizados em autogestão	R\$ 3.306.615,00	M.T.E/SENAES
8420	Estímulo à institucionalização de políticas públicas de economia solidária	R\$ 3.645.755,00	M.T.E/SENAES
Programa 8007	Resíduos Sólidos Urbanos		
8274	Apoio para a organização e desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos	R\$ 14.104.832,60	M.T.E/SENAES
	LOA 2011		
Programa 1133	Economia Solidária em Desenvolvimento		
2A84	Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do SIES	R\$ 2.881.980,00	M.T.E/SENAES
2A85	Formação de formadores (as), educadores (as), e gestores públicos para atuação em economia solidária	R\$ 10.887.480,00	M.T.E/SENAES
2272	Gestão e administração do programa	R\$ 1.601.100,00	M.T.E/SENAES
4641	Publicidade de utilidade pública	R\$ 1.601.100,00	M.T.E/SENAES
4737	Fomento à assistência técnica a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação de economia solidária	R\$ 52.699.730,97	M.T.E/SENAES
4739	Organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários	R\$ 5.603.850,00	M.T.E/SENAES
4827	Desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais apropriadas à economia solidária	R\$ 640.440,00	M.T.E/SENAES
4850	Fomento à Incubadoras de empreendimentos econômicos solidários	R\$ 5.443.740,00	M.T.E/SENAES
8078	Promoção do desenvolvimento local e da economia solidária por meio da atuação de agentes de desenvolvimento solidário	R\$ 15.482.637,00	M.T.E/SENAES
8138	Implantação de centros públicos de economia solidária	R\$ 7.044.840,00	M.T.E/SENAES

8420	Estímulo à institucionalização de políticas públicas de economia solidária	R\$ 1.120.770,00	M.T.E/SENAES
	LOA 2012		
Programa 2029	Desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária		
2A84	Manutenção e ampliação do Sistema de informações em economia solidária – SIES	R\$ 1.503.300,00	M.T.E/SENAES
2A85	Formação de formadores (as), educadores (as), e gestores públicos para atuação em economia solidária	R\$ 6.013.200,00	M.T.E/SENAES
4641	Publicidade de utilidade pública	R\$ 1.503.300,00	M.T.E/SENAES
4737	Fomento e assessoramento técnico a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação de economia solidária	R\$ 16.795.619,25	M.T.E/SENAES
4739	Organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários	R\$ 3.006.600,00	M.T.E/SENAES
4827	Desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais apropriadas à economia solidária	R\$ 751.650,00	M.T.E/SENAES
4850	Fomento à Incubadoras de empreendimentos econômicos solidários	R\$ 6.013.200,00	M.T.E/SENAES
8056	Fomento às finanças solidárias	R\$ 6.313.860,00	M.T.E/SENAES
8078	Promoção do desenvolvimento local e da economia solidária por meio da atuação de agentes de desenvolvimento solidário	R\$ 5.137.527,75	M.T.E/SENAES
8138	Implantação de espaços multifuncionais em economia solidária	R\$ 8.042.655,00	M.T.E/SENAES
8420	Estímulo à institucionalização de políticas públicas de economia solidária	R\$ 1.503.300,00	M.T.E/SENAES
20JK	Fomento a certificação de processos, produtos e serviços da economia solidária	R\$ 1.503.300,00	M.T.E/SENAES
	LOA 2013		
Programa 2029	Desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária		
4641	Publicidade de utilidade pública	R\$ 568.160,00	M.T.E/SENAES
20YT	Fomento e Fortalecimento de Empreendimento Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação	R\$ 109.840.703,83	M.T.E/SENAES
20ZL	Fortalecimento da institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária	R\$ 25.425.160,00	M.T.E/SENAES
Programa 2067	Resíduos Sólidos		
8274	Fomento para a organização e o desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos	R\$ 77.771.161,20	M.T.E/SENAES
	LOA 2014		
Programa 2029	Desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária		
20YT	Fomento e Fortalecimento de Empreendimento Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação	R\$ 76.000.137,00	M.T.E/SENAES

20ZL	Fortalecimento da institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária	R\$ 32.186.400,00	M.T.E/SENAES
Programa 2067	Resíduos Sólidos		
8274	Fomento para a organização e o desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos	R\$ 84.154.025,00	M.T.E/SENAES
	LOA 2015		
Programa 2029	Desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária		
20YT	Fomento e Fortalecimento de Empreendimento Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação	R\$ 78.138.600,00	M.T.E/SENAES
20ZL	Fortalecimento da institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária	R\$ 24.575.850,00	M.T.E/SENAES
Programa 2067	Resíduos Sólidos		
8274	Fomento para a organização e o desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos	R\$ 54.507.975,00	M.T.E/SENAES
	LOA 2016		
Programa 2071	Promoção do trabalho decente e economia solidária		
215F	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária	R\$ 61.445.092,80	M.T.E/SENAES
Programa 2082	Qualidade ambiental		
8274	Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores Atuantes com Resíduos Sólidos	R\$ 22.320.480,00	M.T.E/SENAES
	LOA 2017		
Programa 2071	Promoção do trabalho decente e economia solidária		
215F	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária	R\$ 44.999.727,83	M.T.E/SENAES
Programa 2082	Qualidade ambiental		
8274	Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores Atuantes com Resíduos Sólidos	R\$ 10.646.995,72	M.T.E/SENAES

De forma sumarizada, pode-se observar que de 2004 a 2011 o Programa Temático Economia Solidária em desenvolvimento concentrava as Ações da SENAES. A Ação mais impactante no período, Ação 4737, foi voltada para fomento de trabalho e renda e assistência técnica nos empreendimentos; de 2005 a 2010 a Ação 8275 promoveu apoio às empresas recuperadas por trabalhadores sob autogestão; de 2007 a 2011 a Ação 8078, Promoção do desenvolvimento local e da economia solidária, apontava para o fomento do desenvolvimento local por meio da Economia Solidária por meio da atuação de agentes de desenvolvimento; entre 2007 e 2010, Ações voltadas para fomento de Incubadoras e finanças solidárias com bancos comunitários se verificaram, bem como Ações para capacitação de agentes para Economia Solidária e estímulo à institucionalização de políticas públicas. Nota-se que no período de 2004 a 2011 há uma expansão das Ações da SENAES, inicialmente voltadas para geração de trabalho

e renda nos empreendimentos, mas diversificando sua atuação em outras frentes para aprimoramento das atividades de Economia Solidária.

A partir de 2012, as Ações geridas pela SENAES ficaram circunscritas ao Programa 2012, Desenvolvimento regional, territorial sustentável, com ações voltadas para o desenvolvimento local, com enfoque nos territórios e **ênfase na Economia Solidária**. Observa-se redução no número de Ações, mas elevação inicial no aporte de valores, especialmente na Ação 4737, que em 2013 passou a ser Ação 20YT com vigência até 2015, Fomento e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação, ensejando a formação de redes de intercooperação e cadeias produtivas solidárias, representando etapa avançada da organização coletiva dos empreendimentos. De 2013 a 2015 também foi vigente a Ação 20ZL, Fortalecimento da institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária. A partir de 2012, a SENAES encampou o Programa Temático 2067, Resíduos Sólidos, com a Ação 8274, Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores Atuantes com Resíduos Sólidos. Já a partir de 2016, o Programa Temático 2012 foi suprimido, e a SENAES passou a gerir entre 2016 e 2017 o Programa 2071, Promoção do trabalho decente e Economia Solidária, com apenas uma Ação.

Os anos de 2012 e 2013 marcaram ascensão dos valores aportados para a SENAES, com queda a partir de 2014, vertiginosa de 2016 a 2017, resultando na desimportância flagrante dada para a Secretaria, que teve como episódio central a perda de *status* da SENAES junto MTE, passando a ser uma sub-secretaria. Também o ano de 2016 marcou a saída do Prof. Paul I. Singer, intelectual e militante histórico pela Economia Solidária, do cargo de secretário da SENAES. Em 2019, a SENAES simplesmente deixou de existir, pois com a extinção do Ministério do Trabalho, suas funções foram remanejadas para um departamento do Ministério da Cidadania, encerrando, assim, uma proposta de política pública arquitetada mediante a descentralização orçamentária e a transversalidade operacional. O desmonte da SENAES ressoa como um oboé desafinado no réquiem de uma possibilidade histórica de inserção da Economia Solidária e seu potencial para emular uma outra economia, uma outra forma de produção de riqueza, alicerçada na solidariedade, na autogestão e no empoderamento de fato da classe que vive do seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo nos empenhamos em analisar as políticas públicas geradas pela SENAES, sob o prisma das LOAs e seus aportes orçamentários para a Economia Solidária, manifestando a sua inclusão na agenda pública. O que se observou foi a inserção da temática da Economia Solidária na composição orçamentária federal a partir de 2004, com a elevação dos aportes para a SENAES até 2014, *pari passu* à configuração de Ações orçamentárias diversas, colaborativas com demais instâncias, reforçando mesmo

o conceito de solidariedade, atingindo diferentes demandas dos empreendimentos econômicos Solidários.

Contudo, a partir de 2014, o que se verificou foi a redução dos aportes ano a ano, culminando com a simples supressão da SENAES do rol institucional, primeiro sendo deslocada e rebaixada em 2016, e finalmente sendo extinta em 2019.

Mais do que confeccionar um inventário das Ações orçamentárias sob gestão da SENAES, buscamos resgatar uma memória, uma orientação de vontade política que incluiu a Economia Solidária na Agenda pública, incentivando um peculiar modelo coletivo de produção de riqueza e de trabalho associado.

O resgate da trajetória das políticas públicas para a Economia Solidária capitaneadas pela SENAES pode impulsionar novos caminhos para uma 'Agenda' em outro contexto político, uma vez que, com base nos dados aqui apresentados, notadamente não se vislumbra no horizonte próximo uma retomada da participação Federal no espaço da Economia Solidária.

CHIARIELLO, C. L. Trajectory os SENAES in poetry and numbers: setting and requiem of a public agenda for the solidary economy. *ORG & DEMO* (Marília), v. 21, n. 2, p. 97-116, Jul./Dez., 2020.

Abstract: The National Secretary of Solidary Economy - SENAES - was created in 2003 with the mission of introducing Solidarity Economy in the public agenda, elaborating public policies for solidarity enterprises and their development in Brazil, joined with other governmental. In this paper we discuss SENAES path, its most important actions, as well as the Thematic Programs and Budgetary Actions managed by SENAES. The federal budget dynamics for SENAES from 2004 to 2017 shoes a consolidation of public policies for the Solidarity Economy followed by its gradual cutback, until its dissolution in 2019, representing the interruption of a public policy experiment directed to collective action by workers.

Keywords: SENAES, solidary economy, public agenda, federal budgetment

Resumén: La Secretaría Nacional de Economía Solidaria (SENAES) se creó en 2003, com la misión de insertar la Economía Solidaria en la agenda pública y elaborar políticas para las empresas solidarias y su desarrollo en Brasil, articuladas con otras instancias gubernamentales. En este estudio discutimos la trayectoria del SENAES, sus principales líneas de acción, así como los Programas Temáticos y Acciones gestionadas por la Secretaría. La dinámica del Presupuesto Federal para el SENAES de 2004 a 2017 nos permite señalar que hubo la consolidación de las políticas públicas para la Economía Solidaria seguida de su desmantelamiento gradual, hasta la finalización de las actividades de la Secretaría en 2019, lo que representa la interrupción de un experimento de una política pública dirigida a la acción colectiva de trabajadores y trabajadoras.

Palabras clave: SENAES, economía solidária, agenda pública, pressupuesto federal

REFERÊNCIAS

- BERTUCCI, J. **20 anos de Economia Popular Solidária**: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.
- CARLOS, A. C. S. **Estado, ideologia e economia solidária**: uma análise do PRONINC. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre.
- CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, G. et al. (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 87-121.
- CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G.. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v 101, p.54-76, 2015.
- CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed. 2010.
- DAGNINO, R.. A gestão estratégica pública e os desafios da retomada. In: SILVA, R. B.; TAIT, M.; NOVAES, H. T.; FRAGA, L. S. **Suleando a retomada com tecnociência social**: o pensamento de Renato Dagnino. Florianópolis: Insular, 2018. pp 171-195.
- DYE, T. D.. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall. 1984.
- EID, F. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. In: PISCANÇO, I.; TIRIBA, L. (Orgs). **Trabalho e educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida: Idéias& Letras, 2004, pp. 167-188.
- FARIA, M. S.; SANCHEZ, F. A. economia solidária no Governo federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional. In: BENINI, E. et al. **Gestão pública e sociedades**: fundamentos e políticas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p.413-425.
- FORTE, J. P. S. **Ao embalo da rede**: o processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- FRANÇA FILHO, G. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular**: traçando fronteiras conceituais. Salvador: Bahia Análise & Dados, 2002.
- GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**. Salvador, v. 16, n. 39, p. 181-211, 2003. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 20 abr. 2006.
- KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives and public policies**. 2. ed. Ann Arbor: University of Michigan, 2003.
- MORAIS, L. P.; BACIC. M. J. A Importância do ecossistema empreendedor para a economia social e solidária (ESS): avanços, retrocessos e desafios atuais no Brasil. **Revista da ABET**. João Pessoa, v. 18, n. 1. P. 3-21, 2019.
- SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO, M. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SERAFIM, M.; DIAS, R.. Conceitos e ferramentas para análise de política pública. In: BENINI, E. et al. **Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p.305-337.

SCHIOCHET, V. Políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. In: BENINI, E. et al. **Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p.443-452.

SILVA, S. P. **A política de Economia Solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma**. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

SILVA, S. P.; CUNHA, G. C.; SILVA, R. F. **Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental**: uma análise processual das Conferências Nacionais de Economia Solidária. Rio de Janeiro: Ipea, 2018

SINGER, P. I. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

Submetido em: 16-06-2020

Aceito em: 10-11-2020